

# Bardella destaca diálogo

**SÃO PAULO**— O fundamental no acordo que o Brasil firmou com os bancos credores não são os 5 bilhões 800 milhões de dólares obtidos em novos empréstimos ou a redução do *spread* para 0,8125% ao ano, semelhantes às concedidas a devedores como México, Argentina e Filipinas. “O mais importante é que normalizamos nossas relações com a comunidade financeira internacional”, afirmou o empresário Cláudio Bardella.

Fazer o acordo é sair da moratória, situação na qual o Brasil viu as taxas de investimento estrangeiro no país cairem drasticamente e os juros pagos por empréstimos de curto prazo, para financiar exportações, serem violentamente aumentadas. O acordo reverté esse quadro, e Bardella acredita que facilitará o ingresso de novos empréstimos provenientes do Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos governos agregados no Clube de Paris. Em suma, permite uma retomada dos investimentos estrangeiros no país.

“Não devemos tomar o acordo apenas pelo que ele nos traz em si, mas também pelo que abre de possibilidades”. As taxas de juros dos empréstimos de curto prazo deverão cair e os prazos que tinham chegado a ser de no máximo 15 dias deverão voltar a 60 dias no mínimo, acredita o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

Após ressaltar que “o acordo é bom, o Brasil não pode viver à margem do mercado internacional”, o diretor do departamento jurídico da Fiesp, Daniel Sahagoff, afirmou que “se o Brasil não conseguir cumprir as metas traçadas procurará fazer outro acordo com taxas de juros mais baixas”. Para cumprir o acordo o país precisará obter um saldo na balança comercial de 11 bilhões 600 milhões de

dólares este ano. “Acho isso perfeitamente possível”, disse o presidente da Associação das Indústrias de Papel e Celulose de São Paulo, Horácio Cherkasky.

A opinião entre a maioria do empresariado paulista é de que, embora não se tenham conseguido condições tão vantajosas quanto as pleiteadas, “o acordo é bastante aceitável”, resumia o diretor-adjunto do departamento de economia da Fiesp, Feres Abujamra. A retomada da confiança do investidor externo no país, para ele, é o ponto mais relevante, mais importante, inclusive, do que conseguir alguns milhões de dólares a mais em empréstimos novos”, ressaltou.

O diretor do departamento de economia da Fiesp, Walter Saccá, também concorda com esse ponto de vista e interpreta que as exportações, este ano, poderão crescer, para atender às necessidades de gerar saldo na balança comercial (para fazer os pagamentos dos juros), a partir da capacidade ociosa existente na indústria. “Estamos utilizando, em média, 80% da capacidade instalada da indústria, e o ideal é subir para 84% e 85%, disse. Ele acredita que isso ocorrerá este ano.

**O acordo com os bancos credores**  
é recessivo, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos do Estado de São Paulo e um dos coordenadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Oded Grajew. Para ele, “é um acordo feito para simplesmente se pagar os juros externos”. É recessivo, na sua interpretação, porque para se conseguir um saldo comercial de US\$ 11,6 bilhões nesse ano, para cumprir os pagamentos de juros, o Brasil terá que desaquecer o mercado interno e desestimular as importações.